

Taxa Selic é a mais alta em ano eleitoral desde 2006

Lula disputou reeleição há 20 anos com juros de 14,75%; desfecho em 2026 é incerto e coloca tema na pautas das pré-campanhas

Por **Hamilton Ferrari** — De Brasília

15/06/2026 05h00 · Atualizado há 3 horas

Os postulantes ao Palácio do Planalto vão disputar os votos dos brasileiros com a taxa **Selic** mais alta em ano eleitoral em 20 anos. Mesmo que o **Banco Central** (BC) corte o juro base de 14,5% para 14,25% ao ano esta semana, como projeta parte considerável do mercado, o Brasil chegará a agosto, **mês de início da campanha eleitoral**, com a Selic mais elevada de uma disputa presidencial desde 2006.

Naquela eleição, a **taxa de juros** era de 14,75%, mas isso não impediu que o presidente Luiz Inácio **Lula** da Silva (PT) se reelegesse. Agora, Lula está à frente nas pesquisas, mas o desfecho é incerto. **O que é possível afirmar** é que o tema já pauta discursos e estratégias dos candidatos, em meio ao debate sobre o risco de aceleração da inflação, os efeitos da guerra sobre a economia, o endividamento de famílias e empresas, além das causas que levam o BC a manter a Selic no atual patamar.

Para especialistas, por exemplo, as medidas do governo de estímulo ao crédito e ao consumo prejudicam a potência dos juros. A **política fiscal** é outro ponto de atenção do BC e do mercado. Em contraponto, a estratégia do PT tem sido responsabilizar a gestão anterior do Banco Central, ainda que o atual presidente da autoridade monetária, Gabriel Galípolo, e outros diretores que integram o Comitê de Política Monetária (**Copom**) tenham sido indicados pelo próprio presidente Lula.

Além disso, a campanha eleitoral se aproxima com os preços em trajetória de alta. Pressionado por alimentos e combustíveis, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (**IPCA**) foi de 0,58% em maio, o maior percentual para o mês desde 2021. A **inflação** acumulada em 12 meses acelerou de 4,39% em abril para 4,72% em maio, acima do teto da meta.

A meta de inflação é de 3%, com intervalo de tolerância de 1,5 ponto percentual para baixo ou para cima.

Caso o repique da inflação comprometa ainda mais a renda das famílias, o impacto nas eleições poderá ser alto, segundo **Cristiano Noronha**, vice-presidente da Arko Advice. O cientista político disse que fatores que têm pressionado os preços, como a guerra no Irã, podem ter peso relevante no pleito.

“Quando a inflação estava alta, vimos a popularidade do Lula cair. Se, eventualmente, a inflação voltar a subir e as pessoas sentirem isso na pele, quem está no governo tende a sofrer mais as consequências”, disse.

Noronha afirmou ainda que o juro alto pesou no **endividamento das famílias**, resultando em uma série de programas do governo para minimizar os efeitos, como o **Desenrola Brasil**, para renegociar dívidas, e o **Move Brasil**, para ofertar crédito mais barato. **“O fato de a economia estar crescendo a despeito dos juros e o desemprego estar baixo, acaba, de alguma forma, transformando isso em algum alívio para o governo.”**

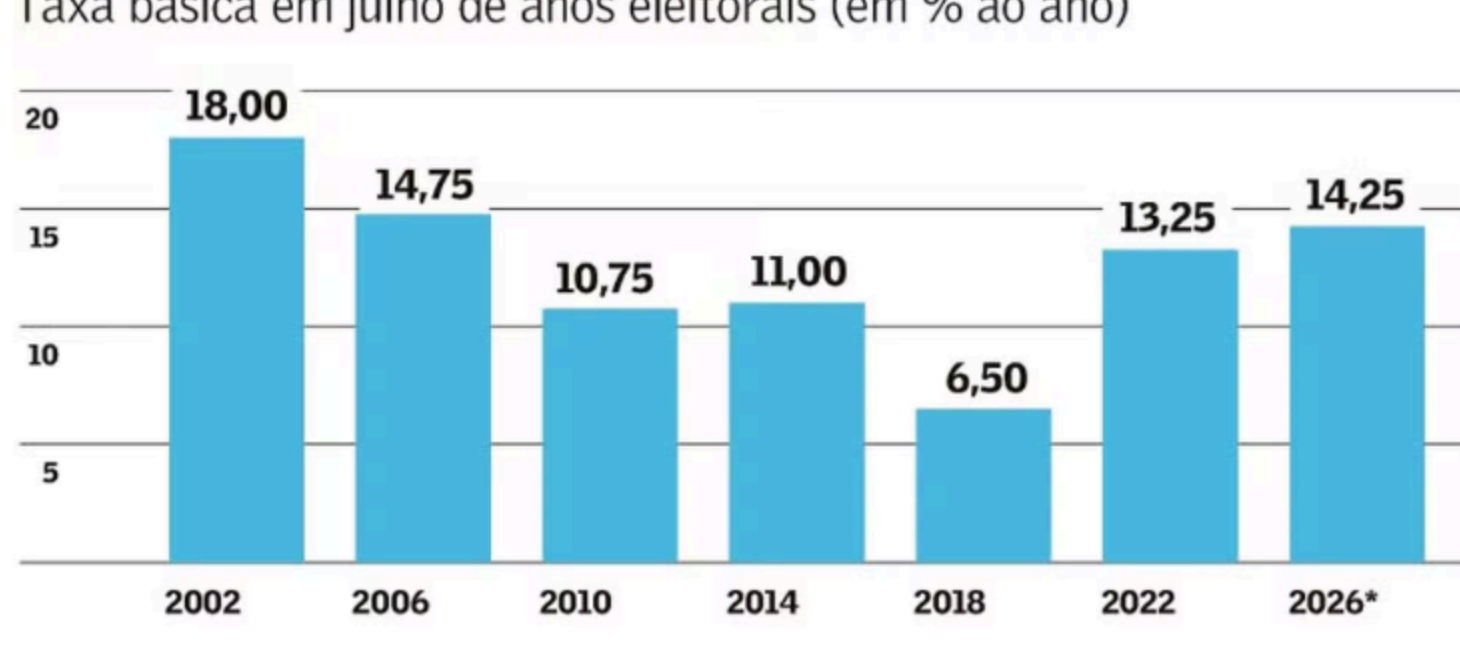
Para **Rafael Cortez**, cientista político e sócio da Tendências Consultoria, o ambiente econômico é desafiador para Lula. O analista afirmou que, apesar do mercado de trabalho aquecido e renda em crescimento, o canal de voto pela economia tem sofrido desafios com as condições financeiras das famílias.

“A taxa Selic nesse patamar mais elevado é só um pouco a tradução de um contraste da economia brasileira”, disse Cortez. **Ele avalia que, se não fossem os desgastes políticos da oposição, a tentativa de reeleição do petista enfrentaria um cenário ainda mais arriscado.**

“O que ameniza esse desafio do governo é que vai ser uma campanha muito marcada por batalha de rejeição. A economia não resolve a campanha para o governo. Me parece indicar que a variável-chave é a capacidade de fazer política”, disse.

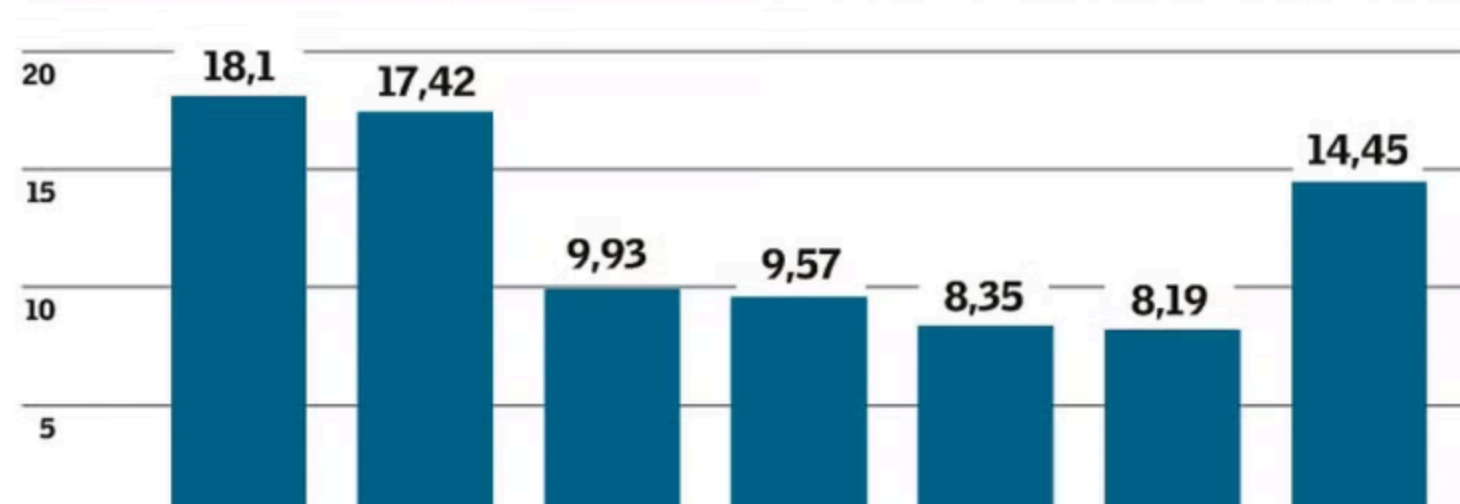
Selic antes das eleições

Taxa básica em julho de anos eleitorais (em % ao ano)



Taxa Selic média em período eleitoral

Taxa média acumulada de janeiro do ano anterior a outubro do ano eleitoral (em % ao ano)



Fonte: Banco Central e LEV Intelligence * com base em medianas do Focus

Recentemente, o presidente do **Banco Central** disse, em contexto sobre a atuação da instituição no caso **Master**, que a autoridade monetária não será “qualquer tipo de palanque para a política”, e continuará atuando de forma técnica. A fala se estende para a política monetária.

Levando em consideração um período mais amplo, dado que os efeitos da política monetária são defasados no decorrer do tempo, a restrição monetária desta eleição também será a maior desde 2006.

O economista **Jason Vieira**, da LEV Intelligence, fez o cálculo da taxa média, a pedido do **Valor**, com base nos percentuais de juros no período de janeiro do ano anterior a outubro do ano eleitoral. **A distância da taxa média do período de janeiro de 2025 a outubro de 2026 (14,45%) afasta-se ainda mais da eleição anterior, quando era de 8,19%.**

O ciclo de queda da Selic começou em março de 2026, mas pode ser interrompido a depender do choque da guerra no Oriente Médio. **Ou seja, a taxa média pode ser ainda maior do que o estimado atualmente, caso o Banco Central perceba que o espaço disponível para cortes nos juros tenha diminuído.** A autoridade monetária acompanha os efeitos de segunda ordem com o aumento de preços provocados pelos conflitos no Irã.

Na visão de Jason Vieira, o tema ainda está na “seara do imponderável”. “Mesmo que haja um efeito mais pronunciado da queda do petróleo por conta de uma possível resolução dos eventos do Oriente Médio, tem eventos que vão fazer com que se mantenha uma pressão de preços considerada significativa”, disse.

Para ele, levará tempo para uma normalização do **preço do petróleo**. “Tem uma pressão de preços que não se dissipa e continua. São efeitos de segunda ordem com plásticos, materiais de construção, químicos, fertilizantes, transporte, tudo isso que deixa a cadeia muito cara”, apontou.

Pacote de bondades

Um dos reflexos da política monetária restritiva nas eleições é a situação financeira das famílias e empresas. O **Desenrola Brasil 2.0** foi criado para mitigar esses efeitos, que de forma limitada.

A economista-chefe do Banco Inter, **Rafaela Vitoria**, defendeu que o primeiro **Desenrola** teve um impacto relativamente restrito na situação de endividamento e comprometimento de renda das famílias. Afirmou também que novas medidas de estímulo ao crédito postergam a queda da Selic. **“O melhor programa para redução do endividamento das famílias é a redução da Selic. É preciso ter uma solução mais estrutural e menos de curto prazo.”**

Agentes financeiros também defendem que o **juro alto** é o preço do desequilíbrio fiscal do governo. A dívida bruta do Brasil atingiu 80,37% do Produto Interno Bruto (**PIB**) em abril, maior nível desde junho de 2021, durante a pandemia. O déficit nominal do governo central acumulado em 12 meses até o último mês somou R\$ 1,1 trilhão até abril, ou 8,46% do PIB.

Um relatório produzido por Vieira disse que o pacote de “bondades” de 2026 pode ter impacto de R\$ 200 bilhões a R\$ 300 bilhões, se considerados os impulsos fiscal e parafiscal. O documento citou a isenção do Imposto de Renda, o crédito consignado para trabalhadores privados, o financiamento de veículos, o programa Desenrola 2.0, o Gás do Povo, o Luz do Povo, a ampliação do Minha Casa, Minha Vida, os recursos do Fundo Social para reformas habitacionais e novos créditos direcionados com o Plano Safra.

Para Vieira, o aumento artificial da demanda via injeção de recursos e o alívio das despesas das famílias tende a elevar as projeções de inflação “ou, no mínimo, reduzir a velocidade de convergência da inflação para a meta”.

A equipe econômica defende que o **ajuste fiscal** foi de 2 pontos percentuais do PIB, mesmo se forem consideradas as despesas que foram excluídas do cálculo da meta fiscal. Também diz que foi necessário subir os gastos em 2023 para atender às demandas eleitorais, como o aumento do **Bolsa Família**, e efetuar pagamentos de “calotes” do governo anterior, como gastos com precatórios e dívidas com governadores.

“Os precatórios já tinham sido resolvidos no primeiro ano. Dali em diante, não tem o que se falar”, refuta o economista da LEV Intelligence. “A perspectiva de superávit está sendo totalmente por aumento de arrecadação e não contenção fiscal.”

A economista-chefe do **Banco Inter** disse que não é verdade que o governo herdou a expansão fiscal do governo anterior. Segundo ela, a decisão de aumentar os gastos em 2023 foi muito além do que era necessário para fazer ajustes no Bolsa Família e no Orçamento.

“A política fiscal expansionista é o principal fator da gente ter uma política monetária tão contracionista. Ela pressiona a inflação de serviços, de salários”, disse Rafaela Vitoria. Segundo ela, a taxa de juros neutra do Brasil chegou a ser estimada próxima de 3% e hoje é de 5%. “Não só a taxa de juros real neutra é mais alta, como o esforço monetário, ou a taxa além da neutra, também está bem mais alta que historicamente”, acrescentou. O juro neutro é a taxa de juro que não acelera nem desacelera a inflação, já que está em linha com o crescimento potencial da economia.